

Gestão 2016-2018

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Aroldo José de Lima
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safraidier</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcc@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 040/2018-PGJ, DE 8.1.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Fabricio Proença de Azambuja	23.4.2015 e 6.5.2016	20 e 21.3.2018
	10 e 12.5.2016; 2, 3 e 4.5.2017	2 a 6.4.2018
Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada	15 e 16.11 e 13.12.2014	26 a 28.3.2018
Ricardo Rotunno	20 e 21.2.2016	25 e 26.1.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 041/2018-PGJ, DE 8.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Simone Almada Goes licença por motivo de doença em pessoa da família, nos dias 11 e 12.12.2017, nos termos do artigo 139, inciso III, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 042/2018-PGJ, DE 8.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Maracaju, Estéfano Rocha Rodrigues da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, nos dias 11 e 12.12.2017, em razão de licença da Promotora de Justiça Simone Almada Goes.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 043/2018-PGJ, DE 8.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo Rotunno 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2015/2016, a serem usufruídos a partir de 29.1.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 044/2018-PGJ, DE 8.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Fabricio Proença de Azambuja 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2015/2016, a serem usufruídos a partir de 9.4.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 047/2018-PGJ, DE 9.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 41ª Zona Eleitoral, a partir de 7.1.2018, pelo período de 2 (dois) anos; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 363/2017-PGJ, de 2.2.2017, na parte que indicou a Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 048/2018-PGJ, DE 9.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 51º Promotor de Justiça de Campo Grande, Eduardo Jose Rizkallah, para coadjuvar na 22ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, a partir de 8.1.2018, até ulterior deliberação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 049/2018-PGJ, DE 9.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Aquidauana, Angelica de Andrade Arruda, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, a partir de 7.1.2018, pelo período de 1 (um) ano; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 022/2016-PGJ, de 7.1.2016, que designou o Promotor de Justiça José Maurício de Albuquerque.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 053/2018-PGJ, DE 9.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, as férias individuais remanescentes da Promotora de Justiça Claudia Loureiro Ocariz Almirão, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO INDEFERIDO
2010/2011	1º a 20.5.2018
2012/2013	21 a 30.5.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 054/2018-PGJ, DE 9.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante a 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados, em razão de férias do titular, Promotor de Justiça Amilcar Araujo Carneiro Junior:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO
Ricardo Rotunno	8 a 19.1.2018
José Antonio Alencar	22 a 27.1.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 056/2018-PGJ, DE 9.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4224/2017-PGJ, de 6.12.2017, na parte que designou o Promotor de Justiça Elcio Felix D'Angelo para atuar perante a 1ª Promotoria de Justiça e o Juizado Especial Adjunto da comarca de Fátima do Sul, no dia 19.12.2017.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 057/2018-PGJ, DE 9.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 9.1.2018, as férias do Promotor de Justiça José Luiz Rodrigues, concedidas pela Portaria nº 4306/2017-PGJ, de 13.12.2017.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 058/2018-PGJ, DE 9.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias individuais aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO INDEFERIDO
Allan Thiago Barbosa Arakaki	2016/2017	5.2 a 6.3.2018
Daniela Araujo Lima da Silva	2016/2017	7.2 a 8.3.2018
Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos	2016/2017	9.1 a 7.2.2018
Elcio Felix D'Angelo	2016/2017	8.1 a 6.2.2018
Humberto Lapa Ferri	2016/2017	1º.2 a 2.3.2018
João Linhares Júnior	2016/2017	22.1 a 20.2.2018
José Luiz Rodrigues	2016/2017	2 a 31.5.2018
Kristiam Gomes Simões	2016/2017	8.2 a 9.3.2018
Paulo Cesar Zeni	2016/2017	8.1 a 6.2.2018
Regina Dornte Broch	2016/2017	10.2 a 11.3.2018
Tathiana Correa Pereira da Silva Façanha	2016/2017	8.2 a 9.3.2018
Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira	2016/2017	7.2 a 8.3.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 059/2018-PGJ, DE 9.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias individuais aos Procuradores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROCURADOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO INDEFERIDO
Evaldo Borges Rodrigues da Costa	2016/2017	7.2 a 8.3.2018
Silasneiton Gonçalves	2016/2017	1º.2 a 2.3.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA N° 011/2018-PGJ, DE 8.1.2018**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4179/2017-PGJ, de 4.12.2017, que estabeleceu a escala de plantão para o feriado forense de 20 de dezembro de 2017 a 6 de janeiro de 2018, dos Assessores de Procurador, Assessores Jurídicos e Técnicos I e II, do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da Resolução nº 22/2013-PGJ, de 13.11.2013:

na parte onde consta:

I - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DOURADOS

DATA	SERVIDOR	
	ASSESSOR JURÍDICO	TÉCNICO I OU II
30.12.2017	Gilmara Daiana Schneider	Alyne Kathiucia Raulino Green

passe a constar:

II - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DOURADOS

DATA	SERVIDOR	
	ASSESSOR JURÍDICO	TÉCNICO I OU II
30.12.2017	Marlene Falco de Lima	Alyne Kathiucia Raulino Green

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 012/2018-PGJ, DE 8.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Mirtes Amin Fonseca Bernardes, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento Auxiliar dos Órgãos Superiores, no período de 8 a 19.1.2018, em razão de férias da titular, *Claudia Cintra Pereira Neves Regasso*.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 013/2018-PGJ, DE 8.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Renan da Silva Ovando, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designado para prestar serviços na 5ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, nos dias 18 e 19.12.2017, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense e banco de horas da servidora *Keila Fabrícia Gongora Rodrigues*.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 015/2018-PGJ, DE 8.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Epsom Xavier Pereira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designado para prestar serviços na 4ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na Supervisão Cível e Especializada das Promotorias de Justiça da referida Comarca, nos dias 18 e 19.12.2017, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense e banco de horas da servidora *Keila Fabrícia Gongora Rodrigues*.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 017/2018-PGJ, DE 8.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Paulo Barbiero Dorigão, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, lotado nas Promotorias de Justiça de Sidrolândia, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 18 a 27.1.2018, em razão de férias da servidora *Cristina Castilho Akatsuka*.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 018/2018-PGJ, DE 8.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Cristina Castilho Akatsuka, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, lotada nas Promotorias de Justiça de Sidrolândia, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 8 a 17.1.2018, em razão de férias do servidor *Paulo Barbiero Dorigão*.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 019/2018-PGJ, DE 8.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Wanessa Barbosa Santana, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Correspondências, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Arquivo e Protocolo-Geral, nos dias 18 e 19.1.2018, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense da titular, *Magaly Carvalho Brunet*.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 020/2018-PGJ, DE 8.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Janaina Ferreira Domingos, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança – FC3, símbolo MPFC-303, no período de 12 a 15.12.2017, em razão de licença para tratamento de saúde da servidora *Dayenne Gargantini Martins Diniz Paduan*.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 021/2018-PGJ, DE 8.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Patricia da Silva Pereira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Miranda, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 8 a 22.1.2018, em razão de férias da servidora *Vânia de Oliveira Coelho Gondim*.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 022/2018-PGJ, DE 8.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Diego Servullo da Silva Maluf Ferreira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o pagamento de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) do adicional de qualificação, a contar de 5 de dezembro de 2017, nos termos dos artigos 35 e 36, inciso III e § 4º, ambos da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como dos artigos 4º, 5º, inciso III e § 2º, e 7º, todos da Resolução nº 008/2012-PGJ, de 4.4.2012; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 994/2014-PGJ, de 25.6.2014, que concedeu ao referido servidor o pagamento de 5% (cinco por cento) do adicional de qualificação (Processo PGJ/10/4280/2017).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 023/2018-PGJ, DE 8.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Rosinei Escobar Xavier, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Almoxarifado, no período de 8 a 27.1.2018, em razão de férias do titular, *Elvys Tomas Bernal*.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 024/2018-PGJ, DE 8.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Priscilla Rodrigues de Paula Santos, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 dias de licença para tratamento de saúde, no período de 11 a 15.12.2017, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 025/2018-PGJ, DE 8.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Andrea Rocha Benetti, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 dias de licença para tratamento de saúde, no período de 2 a 16.12.2017, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o inciso II do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 026/2018-PGJ, DE 8.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Rodrigo Brandão Alves Pereira, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença por luto, em razão do falecimento de seu filho, a partir de 17.12.2017, nos termos da alínea “b” do inciso III do artigo 171 e inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 022/2016-PGJ, de 12.9.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 027/2018-PGJ, DE 8.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Maria Aparecida de Oliveira Santana França, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Setor de Análise e Compras, no período de 8 a 27.1.2018, em razão de férias do titular, *Paulo Roberto Martins Cavallari*.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 028/2018-PGJ, DE 8.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Silvana Kato da Silva, ocupante do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Monitoramento de Metas e Indicadores Estratégicos, símbolo MPDS-105, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Planejamento e Gestão, no período de 8 a 12.1.2018, em razão de férias do titular, *Valdemilson Massayoshi Thaada*.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 029/2018-PGJ, DE 8.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Luiz Fernando Koyanagi, ocupante do cargo efetivo de Analista/Administração, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Planejamento e Gestão por Processos, no período de 8 a 17.1.2018, em razão de férias do titular, *Reginaldo de Oliveira Vilanova*.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 033/2018-PGJ, DE 8.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Autorizar a averbação de tempo de contribuição requerida pela servidora Fernanda Biscaia da Silva Cavalcante, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, no total de 2 (dois) anos, 4 (quatro) meses e 15 (quinze) dias de contribuição ao Instituto Municipal de Previdência de Campo Grande-IMPCG, no período de 1º.7.2005 a 12.11.2007, para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do artigo 201, § 9º, da Constituição Federal, bem como do artigo 179 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990 (com as alterações advindas da Lei nº 2.157, de 26.10.2000), e, ainda, dos artigos 79 e 80, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005 (Processo PGJ/10/4168/2017).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 045/2018-PGJ, DE 8.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Djene de Souza, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Setor de Contratos, no período de 11 a 15.12.2017, em razão de licença para tratamento de saúde; nos dias 18 e 19.12.2017, em razão de licença compensatória referente a banco de horas; e no período de 8 a 22.1.2018, em razão de férias da titular, *Suellen Ribeiro Dias*.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

COMISSÃO DE CONCURSO**AVISO Nº 001/2018-COC**

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DO XXVIII CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, ALTERA o *ITEM III – DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO*, do Aviso nº 001/2017-COC, de 19 de dezembro de 2017, de forma que **onde consta:**

3. O candidato que preencher os requisitos da Lei Estadual nº 2.557, de 13 de dezembro de 2002 (alterada pela Lei Estadual nº 3.201/2006, de 18 de abril de 2006, e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 11.232, de 27 de maio de

2003), bem como o amparado pela Lei Estadual nº 2.887, de 21 de setembro de 2004, deverá obrigatoriamente preencher declaração contida no formulário de inscrição preliminar para a isenção de pagamento da taxa de inscrição.

Passe a constar:

3. O candidato que preencher os requisitos da Lei Estadual nº 2.557, de 13 de dezembro de 2002 (alterada pela Lei Estadual nº 3.201/2006, de 18 de abril de 2006, e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 11.232, de 27 de maio de 2003), bem como o amparado pela Lei Estadual nº 2.887, de 21 de setembro de 2004; e da Lei Estadual nº 4.827, de 10 de março de 2016 (alterada pela Lei nº 5.129, de 27 de dezembro de 2017), deverá obrigatoriamente preencher declaração contida no formulário de inscrição preliminar para a isenção de pagamento da taxa de inscrição.

Campo Grande, 9 de janeiro de 2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça
Presidente da Comissão de Concurso

CONSELHO SUPERIOR

AVISO Nº 1/2018/SCSMP

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados: **1) Inquérito Civil nº 06.2016.00001261-4** - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Giovanna Souza Mônaco - Assunto: Apurar eventual acúmulo indevido de benefícios pela servidora comissionada da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho, senhora Giovanna Souza Mônaco. **2) Inquérito Civil nº 06.2017.00000081-1** - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerentes: Ministério Público Estadual e Willian Ferreira Vargas - Requerida: Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos - AGESUL - Assunto: Apurar eventual omissão do Estado na fiscalização da execução da obra de duplicação e restauração do prolongamento da Av. Euler de Azevedo, saída para a cidade de Rochedo/MS (obra de acesso à Rodovia MS-080). **3) Inquérito Civil nº 06.2017.00000369-6** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Câmara Municipal de Vereadores de Campo Grande - Requerido: Alcides Jesus Peralta Bernal - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado pelo ex-Prefeito Alcides Bernal decorrente de contratação de empréstimo sem aprovação da Câmara Municipal de Campo Grande. **4) Inquérito Civil nº 06.2017.00001510-4** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Santa Luzia - Assunto: Apurar degradação ambiental da área de preservação permanente da nascente do Rio Verde, localizada na Fazenda Santa Luzia. **5) Inquérito Civil nº 06.2016.00001162-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul - Requerentes: Wilson Pinheiro e o Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar denúncia formulada por Wilson Pinheiro sobre eventual desídia dos procuradores do Banco do Brasil S.A. na condução do processo nº 0000983-85.1999.8.12.0046, causando prejuízos à instituição e, consequentemente, ao erário público. **6) Inquérito Civil nº 06.2017.00000227-5** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, decorrente da concessão indevida de licença a funcionárias públicas municipais de Bandeirantes/MS. **7) Inquérito Civil nº 06.2017.00000648-2** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Promover a reparação civil do dano ambiental noticiado pelo auto de infração registrado sob o protocolo nº 02.2017.0009823-0 (artigo 34 § único, III da Lei 9.605/98). **8) Inquérito Civil nº 06.2017.00000887-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã - Requerente: Anônimo - Requerido: - Assunto: Apurar possível irregularidade no processo licitatório nº 3, processo nº 19, que visa contratar sistemas para atender o setor contábil, pessoal, licitação, tesouraria etc., uma vez que já existe contrato com esse mesmo objeto no âmbito da Prefeitura Municipal. **9) Procedimento Preparatório nº 06.2016.00000504-6** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande -

Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado pela servidora M. S. M. ao não cumprir a carga horária devida. **10) Inquérito Civil nº 06.2016.00000671-2** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Paulo Siufi Neto - Requerida: Empresa Águas Guararoba - Assunto: Apurar eventual irregularidade na celebração do Termo de Doação nº 06/2015, firmado entre Município de Campo Grande e a Empresa Águas Guararoba, para a execução de serviços de tapa-buracos. **11) Inquérito Civil nº 06.2016.00000753-3** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: GAECO - Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possíveis atos de improbidade administrativa consistentes na associação de políticos com a mídia local, que trocava favorecimentos para a obtenção de contratos com o poder público em troca de matérias jornalísticas favoráveis aos interesses de tais autoridades políticas. **12) Inquérito Civil nº 06.2016.00000417-0** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerentes: Ministério Público Estadual e Kléber Jacob - Requerido: Município de Dourados/MS - Assunto: Apurar notícia indicativa de irregularidades ambientais e urbanísticas, extraídas da delimitação de áreas de alto e muito alto risco de enchentes, inundações e movimentos de massa no município de Dourados-MS, conforme levantamento do Serviço Geológico do Brasil - CPRM e trazidas ao conhecimento deste subscritor por reclamação de Kléber Jacob. **13) Inquérito Civil nº 06.2016.00000994-2 (Sigiloso)** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **14) Inquérito Civil nº 06.2016.00001083-8 (Sigiloso)** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **15) Inquérito Civil nº 06.2016.00000972-0 (Sigiloso)** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **16) Inquérito Civil nº 06.2016.00000990-9 (Sigiloso)** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **17) Inquérito Civil nº 06.2015.00000165-7 (Sigiloso)** - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **18) Inquérito Civil nº 06.2016.00000221-6 (Sigiloso)** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **19) Inquérito Civil nº 06.2016.00001307-9 (Sigiloso)** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **20) Procedimento Administrativo nº 09.2016.00000139-4** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Josiane Lucio da Silva, Norberto Alves Ferreira Filho e Valdemar de Macedo - Assunto: Acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas no Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil nº 33/2010/PJDMA/DD. **21) Procedimento Administrativo nº 09.2016.00000937-5** - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Fiscalizar e acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil nº 58/2009. **22) Procedimento Administrativo nº 09.2015.00000549-7** - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Acompanhar o cumprimento das obrigações constantes no Termo de Ajustamento de Conduta celebrado com a empresa NACAR Empreendimentos Imobiliários Ltda.-ME. **23) Procedimento Administrativo nº 09.2016.00000616-7** - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Cassaro e Nogueira Ltda. - Assunto: Fiscalizar e acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil nº 59/2009 que apura a instalação e a operação do empreendimento Cassaro e Nogueira Ltda. Posto Moreirão, localizado na Avenida Costa e Silva, nº 1059, Vila Progresso, em Campo Grande-MS. **24) Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002379-2** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Renato de Oliveira - Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil nº 07/2014. **25) Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001781-3** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Nilson de Andrade Hildebrand - Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil nº 04/2012. **26) Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001800-1** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Wagner de Oliveira Lopes - Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil nº 25/2013. **27) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001451-6** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: José Vila Lopes Neto - Assunto: Autuação, realizada pela Polícia Militar Ambiental do Município de Costa Rica, em desfavor de José Vila Lopes Neto por construir edificação em área de preservação permanente. **28) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000218-6** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Dourados - Assunto: Apurar a legalidade de dispositivos contidos na Lei Complementar nº 121/2007, do município de Dourados, mormente no que tange à exigências que, em tese, configurariam regramento de natureza militar aos agentes da Guarda Municipal de Dourados, violando preceitos da legislação federal de regência. **29) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001191-9** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anaurilândia - Requerente:

Leticia Rodrigues Sanches - Requerida: Secretaria Municipal de Assistência Social de Anaurilândia - Assunto: Apurar eventual falsificação do livro de registro da jornada de trabalho dos servidores lotados no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Anaurilândia. **30) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000990-2** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fundação de Cultura de São Gabriel do Oeste - FUNGAB - Assunto: Apurar representação dando conta de possíveis práticas de ato de improbidade administrativa na Fundação de Cultura de São Gabriel do Oeste, consistente em desvio de verba pública. **31) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00002008-4** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anaurilândia - Requerente: Câmara Municipal - Requerido: Adolfo Casado Filho - Assunto: Apurar eventual prática de função atípica ao cargo pelo atual Vice-Prefeito do Município de Anaurilândia, consistente na realização de serviços de limpeza com uma máquina retro-escavadeira. **32) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000713-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aparecida do Taboado - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Aparecida do Taboado - Assunto: Apurar possível irregularidade no tocante às obras de reparo de valetas das avenidas do município e ausência de cobrança da garantia legal das obras pelo ente municipal. **33) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000954-6** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerentes: João Alfredo Danieze e o Ministério Público Estadual - Requerida: Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo/MS - Assunto: Apurar eventual irregularidade no tocante ao controle de jornada de trabalho do quadro de servidores da Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo/MS. **34) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000821-4** - Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Bandeirantes - Requerente: Leane Maria Muller Honnef - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível negligência dos profissionais de saúde da rede pública do município de Bandeirantes para com os usuários do serviço de saúde, conforme noticiado pela declarante L.M.M.H. **35) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000862-5** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual irregularidade na utilização de veículo oficial para fins particulares. **36) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000714-8** - 50ª Promotoria de Justiça de Criminal da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário - AGEPEN - Assunto: Apurar a problemática apontada pelo Sindicato dos Servidores da Administração Penitenciária do Estado de Mato Grosso do Sul, notadamente quanto a atual rotina de encaminhamento dos presos, após a realização da audiência de custódia, ao Presídio de Trânsito de Campo Grande/MS. **37) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000829-1** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e social da comarca de Bandeirantes - Requerente: Gilmar da Silva - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual irregularidade no provimento de cargos de professor de Educação Física na rede municipal de ensino de Jaraguari/MS. **38) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000831-4** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e social da comarca de Bandeirantes - Requerente: Denúncia anônima - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual irregularidade na nomeação da coordenadora de tecnologias educacionais e técnica de apoio pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Bandeirantes/MS. **39) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000792-6** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a notícia de que o servidor José Martucci, atualmente afastado do cargo para desempenhar a função de Presidente do Sindicato de Servidores, exerce supostamente de maneira irregular trabalho de motorista de ônibus e van para a empresa Coopertran. **40) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000928-0** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: F.E.O - Assunto: Apurar eventual condição de "funcionário fantasma" quanto ao servidor F.E.O., nomeado para atuar na Câmara Municipal de Campo Grande, mas que segundo denúncia nunca teria trabalhado de fato. **41) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001305-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Averiguar eventual descumprimento à Lei nº 1.947, de 11 de novembro de 1963, a qual versa a criação do município de Bandeirantes/MS. **42) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001436-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventuais irregularidades na Secretaria Municipal de Educação de Bandeirantes/MS, conforme narrado em manifestação registrada perante a Ouvidoria do Ministério Público Estadual sob o nº 11.2017.00002592-3. **43) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001693-6** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Procuradoria-Geral de Justiça - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar irregularidade no Portal de Transparência da Assembleia Legislativa. **44) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001725-7 (Sigiloso)** - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **45) Inquérito Civil nº 06.2017.00000659-3** - Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Anaurilândia - Requerentes: Denúncia anônima e a Ouvidoria do Ministério Público Estadual - Requerido: Município Anaurilândia - Assunto: Apurar eventual funcionamento irregular das UBS's, a ausência de medicamentos, bem como o

descumprimento de carga horária por médicos e dentistas contratados pelo município de Anaurilândia e que prestam serviços nas respectivas unidades. **46) Inquérito Civil nº 06.2016.00000978-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Manoel Alves de Souza - Assunto: Apurar a ocorrência de atividade ilegal de carvoejamento no lote 363 do assentamento Teijin, em Nova Andradina/MS. **47) Inquérito Civil nº 06.2017.00000352-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Elpídio Rodrigues Chaves - Assunto: Apurar o dano ambiental causado pela supressão de vegetação e queimada no lote 535 do assentamento Teijin, nesta cidade de Nova Andradina/MS. **48) Inquérito Civil nº 06.2016.00001402-3** - 49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Erlio Natalício Fretes - Requerida: Associação de Moradores do Conjunto Habitação Arnaldo Estevão de Figueiredo - Assunto: Apurar denúncia feita por Erlio Natalício contra a Associação de Moradores Conj. Hab. Arnaldo Estevão de Figueiredo. **49) Inquérito Civil nº 06.2015.00000065-8** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sonora - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente do desmatamento constatado pela Polícia Militar Ambiental na fazenda São Sebastião Lote 05 no município de Sonora/MS. **50) Inquérito Civil nº 06.2016.00000357-0** - 49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Denunciante anônimo - Requerido: C.R. - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado, em tese, por C.R., a qual estaria exercendo função de Coordenadora Pedagógica mediante utilização de diplomas e certificados falsos. **51) Inquérito Civil nº 06.2016.00001272-5 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **52) Inquérito Civil nº 06.2016.00000462-5** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa pela servidora pública municipal Fabrícia Moraes Vieira, em virtude do descumprimento de sua carga horária e cumulação indevida de cargos, conforme manifestação nº 11.2016.00000726-5, protocolada junto à Ouvidoria deste Órgão. **53) Inquérito Civil nº 06.2016.00000595-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aparecida do Taboado - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar venda irregular de Seguros em Bancos. **54) Inquérito Civil nº 06.2016.00000371-5 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **55) Inquérito Civil nº 06.2016.00000556-8 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **56) Inquérito Civil nº 06.2017.00001003-1** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Eldorado - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual ilegalidade na contratação sem licitação de publicidade na Rádio FM de Eldorado pelo município de Eldorado. **57) Inquérito Civil nº 06.2015.00000230-1 (Sigiloso)** - 28ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande. **58) Inquérito Civil nº 06.2016.00001200-3** - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerentes: Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian - HUMAP/UFMS - Filial da Ebserh e o Ministério Público Estadual - Requerida: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande/MS - Assunto: Apurar necessidade de renovação da contratualização do Hospital Universitário Maria aparecida Pedrossian - HUMAP para ser inserido na Rede Municipal de Campo Grande. **59) Inquérito Civil nº 06.2016.00001057-1 (Sigiloso)** - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **60) Inquérito Civil nº 06.2016.00001517-7 - (Sigiloso)** - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **61) Inquérito Civil nº 06.2017.00000771-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Câmara Municipal de Vereadores de Camapuã - Assunto: Apurar eventual irregularidade no quadro de funcionários comissionados na Câmara de Vereadores de Camapuã. **62) Inquérito Civil nº 06.2017.00000130-0** - Grupo de Controle Externo da Atividade Policial - GACEP II - Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul - Assunto: Apurar eventual irregularidade decorrente das condições de trabalho do serviço de atendimento do 190 da Polícia Militar, que estaria com número insuficiente de funcionários para atendimento à população. **63) Inquérito Civil nº 06.2017.00001485-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Três Lagoas - Assunto: Apurar eventual intenção da instalação de nova usina de asfalto na cidade de Três Lagoas, para participar e vencer certames no Município, com envolvimento de agentes públicos. **64) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001681-4** - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Corumbá - Assunto: Apurar possíveis irregularidades na contratação de profissional de setor artístico para apresentação no aniversário do município de Corumbá, no dia 21 de Setembro de 2017, em violação aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência, economicidade e interesse público. **65) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000987-9** - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Corumbá - Assunto: Apurar eventual irregularidade na execução contratual, consistente no pagamento antecipado pelo município de Corumbá à empresa “Karbeck Segurança Ltda.” **66) Procedimento Preparatório nº**

06.2017.00001203-0 - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Coletar maiores subsídios para tomada de decisão sobre a necessidade de instauração de Inquérito Civil, a propositura de Ação Civil Pública ou o Arquivamento da representação sobre possíveis irregularidades das verbas rescisória pagas a Lucineia Moreira Barreto. **67) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001390-6** - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: João Carlos Melo - Assunto: Averiguar eventual prática de assédio moral perpetrado pelo servidor público municipal, João Carlos Melo. **68) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000624-9** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Denúncia anônima - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventuais irregularidades no Centro de Vídeo Monitoramento de Campo Grande, que estaria em desacordo com o art.10 do Decreto nº 12.674, de 1º de julho de 2015. **69) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000974-6 (Sigiloso)** - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá. **70) Procedimento Administrativo nº 09.2016.00001504-4** - 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Elizeu Gonçalves de Oliveira - Assunto: Fiscalizar cláusula de TAC - Termo de Ajustamento de Conduta firmada no bojo do Inquérito Civil nº 30/2015. **71) Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001714-6** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Guidson Marques Garcia - Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil nº 36/2015. **72) Procedimento Administrativo nº 09.2016.00001008-2** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Celina Lopes dos Anjos, José Edvaldo dos Anjos - Assunto: Fiscalizar e acompanhar o cumprimento do termo de ajustamento de conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil nº 046/2009 (Projeto Rio Ivinhema). **73) Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001107-4** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Cristiane Rospi Rodrigues Godoy e Horácio Junior Godoy - Assunto: Acompanhar cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta referente ao Inquérito Civil 21/2010. **74) Procedimento Administrativo nº 09.2016.00001253-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requeridos: Antônio Buranelo, Antônio Furlan e Wilman James Jorge - Assunto: Fiscalizar e acompanhar o cumprimento do termo de ajustamento de conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil nº 001/2008. **75) Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001916-6** - 1ª Promotoria de Justiça de do Meio Ambiente da comarca Nova Andradina - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Município de Nova Andradina MS - Assunto: Fiscalizar e acompanhar o cumprimento do termo de ajustamento de conduta celebrado nos autos do Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000142-1. **76) Inquérito Civil nº 06.2015.00000277-8** - 11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados - Requerente: Izilda Ferreira Barcellos - Requerida: Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. - Assunto: Apurar eventual irregularidade na obra realizada pela empresa concessionária de serviços públicos, consistente na construção de um estacionamento na BR 163, KM 267, parte do lote 11 (aos fundos da Polícia Rodoviária Federal), em Dourados-MS. **77) Inquérito Civil nº 06.2016.00000764-4** - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Campo Grande e a Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande SESAU - Assunto: Apurar a continuidade da prestação dos serviços de saúde na Central Estadual de Regulação - CERA, durante o período de greve dos médicos municipais. **78) Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003524-4** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: João Paulino - Assunto: Fiscalizar e acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2017.00000353-0. **79) Inquérito Civil nº 06.2016.00000093-0** - 11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos - AGESUL - Assunto: Apurar problemas de infraestrutura e manutenção da via pública de acesso ao Distrito Industrial deste Município. **80) Inquérito Civil nº 06.2016.00001336-8** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana - Requerentes: Lafayette Carvalho Bastos e Livia Aparecida Pinheiro Bastos - Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul e o município de Aquidauana - Assunto: Investigar a existência, ou não, de profissional capacitado para ministrar aulas a alunos deficientes auditivos nas escolas estaduais e municipais. **81) Inquérito Civil nº 06.2016.00000387-0 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **82) Inquérito Civil nº 06.2016.00000786-6 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **83) Inquérito Civil nº 06.2017.00000699-3** - 1ª Promotoria de Justiça de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Elder Basso - Assunto: Apurar improbidade administrativa do Presidente do Sindicato SIMTED de Bela Vista, em razão de extravio de documentos. **84) Inquérito Civil nº 06.2017.00001354-0** - 2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Naviraí - Assunto: Apurar a notícia de que o Hospital Municipal de Naviraí estaria deixando de garantir às parturientes o direito de ter 01 (um)

acompanhante durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, tal como é garantido pelo artigo 19-J da Lei nº 8080/90. **85) Inquérito Civil nº 06.2017.00001673-6** - Grupo de Controle Externo da Atividade Policial - GACEP II - Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Polícia Militar de Mato Grosso do Sul - Assunto: Apurar eventuais irregularidades consistente na falta de efetivo e cumprimento de carga horária excessiva por integrantes da Companhia de Guarda e Escolta da PMMS. **86) Procedimento Preparatório nº 06.2016.00001397-9** - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Município de Campo Grande - Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul e a Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul - Assunto: Averiguar se, conforme documento emitido pelo Sindicato dos Médicos de Mato Grosso do Sul/SINMED, o Estado de MS efetuou contratação de Organizações Sociais/OS para o serviço de Saúde Pública em Campo Grande. **87) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000610-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Manoel dos Santos Viais - Assunto: Apurar doação financeira da Prefeitura da Caracol ao Clube de Laço presidido pelo Sr. Lucas Viais, filho do Prefeito Municipal. **88) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000684-9 (Sigiloso)** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **89) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000747-0** - 1ª Promotoria de Justiça de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Hospital São Vicente de Paulo - Assunto: Analisar suposta falta de médico na emergência do Hospital São Vicente de Paulo, localizado no município de Bela Vista. **90) Inquérito Civil nº 22/2015** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Amidos Naviraí Indústria e Comércio Ltda. - Assunto: Apurar a instalação de obra potencialmente poluidora sem licença ou autorização administrativa pela empresa Amidos Naviraí Indústria e Comércio Ltda. **91) Inquérito Civil nº 4/2017** - 2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Leo Luiz Grison e o município São Gabriel do Oeste - Assunto: Apurar a regularidade do pedido de desmembramento da Chácara 02, Quadra 03, com área total de 14.700,00 m², do Loteamento Santa Luzia I, objeto de matrícula nº 6.997 do CRI de São Gabriel do Oeste, no que concerne à infraestrutura básica. **92) Inquérito Civil nº 5/2017** - 2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Estevão Camilo Favaretto e o município São Gabriel do Oeste - Assunto: Apurar a regularidade do pedido de desmembramento da Chácara 07, Quadra 03, com área total de 11.200,00 m², do Loteamento Santa Luzia II, objeto de matrícula nº 4.269 do CRI de São Gabriel do Oeste, no que concerne à infraestrutura básica. **93) Inquérito Civil nº 6/2017** - 2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município São Gabriel do Oeste e S.G.O. Empreendimentos Ltda.-ME - Assunto: Apurar a regularidade do pedido de desmembramento do Lote 1, Quadra 07, com área total de 12.952,91 m², do Loteamento Santa Luzia I, objeto de matrícula nº 14.649 do CRI de São Gabriel do Oeste, no que concerne à infraestrutura básica. **94) Inquérito Civil nº 3/2017** - 2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município São Gabriel do Oeste e Paulo Adriano Bellini - Assunto: Apurar a regularidade do pedido de desmembramento da Chácara 02, Quadra 10, com área total de 13.912,50 m², do Loteamento Santa Luzia I, objeto de matrícula nº 4.154 do CRI de São Gabriel do Oeste, no que concerne à infraestrutura básica. **95) Inquérito Civil nº 12/2016** - 2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul - Assunto: Apurar situação estrutural de estrada MS-435 que dá acesso à fazenda Laje Vermelha e outras propriedades na região do Areado, Distrito de São Gabriel do Oeste, e verificar possibilidade de reforma da via. **96) Inquérito Civil nº 31/2016** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito - Requerentes: Camila Reinoso Lemos e a Ouvidoria do Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual negligência do município de Bonito, com relação às condições de trabalho dos guarda-vidas no Balneário Municipal, bem como eventual omissão na fiscalização de medidas de prevenção de acidentes no atrativo passeio de bote. **97) Inquérito Civil nº 2/2015** - 2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fundação de Saúde Pública do município de São Gabriel do Oeste - FUNSAUDE - Assunto: Apurar representação noticiando suposta irregularidade e descumprimento da legislação pertinente às rotinas hospitalares dos profissionais de enfermagem do Hospital Municipal José Valdir Antunes de Oliveira. **98) Inquérito Civil nº 9/2015** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa no processo legislativo da Lei Municipal nº 2.268/2012. **99) Inquérito Civil nº 32/2014** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a prática de improbidade administrativa no âmbito do município de Itaporã, tendo em vista eventual irregularidade acerca do Decreto nº 082/2014, que fixa normas e procedimentos administrativos relativos ao encerramento da execução orçamentária e financeira do exercício de 2014. **100) Inquérito Civil nº 2/2016** - 7ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Três Lagoas - Requerentes: Ministério Público Estadual e Ides Ramos Queiroz - Requeridos: Elektro Eletricidade e Serviços S.A., e o município de

Três Lagoas - Assunto: Apurar eventual irregularidade no fornecimento de energia elétrica pela Empresa Elektro S.A aos moradores do Assentamento Palmeiras, no Distrito de Arapuá, em Três Lagoas/MS. **101) Inquérito Civil nº 1/2017** - 2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Fábio Faria Miranda e o município São Gabriel do Oeste - Assunto: Apurar a regularidade do pedido de desmembramento do Lote 1, Quadra 06, com área total de 2.650,00 m², do Loteamento Santa Luzia I, objeto de matrícula nº 14.690 do CRI de São Gabriel do Oeste, no que concerne à infraestrutura básica. **102) Inquérito Civil nº 26/2014** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Nova Andradina/MS - Assunto: Apurar a existência de irregularidades nas doações de terrenos que compõem o Conjunto Habitacional Bela Vista III, criado pela Lei Municipal nº 1.086, de 9 de novembro de 2012, na cidade de Nova Andradina/MS. **103) Inquérito Civil nº 5/2014** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Mundo Novo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Mundo Novo - Assunto: Apurar irregularidades nos Pregões Presenciais de números 011/2013 e 063/2013 realizado pela Administração do município de Mundo Novo/MS. **104) Inquérito Civil nº 18/2016** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito - Requerente: Ouvidoria do Ministério Público Estadual - Requeridos: Elenir Cáceres Galeano, Loiva Heidecke (ex-secretária de Educação) e o município de Bonito - Assunto: Apurar eventual dano ao patrimônio público consubstanciado na destruição de livros didáticos lacrados. **105) Inquérito Civil nº 2/2017** - 2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Fábio Faria Miranda e o município de São Gabriel do Oeste - Assunto: Apurar a regularidade do pedido de desmembramento da Chácara 02, Quadra 06, com área total de 7.950,00 m², do Loteamento Santa Luzia I, objeto de matrícula nº 14.689 do CRI de São Gabriel do Oeste, no que concerne à infraestrutura básica. **106) Inquérito Civil nº 44/2012** - 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fundação Educacional de Coxim - FEC - Assunto: Apurar suposto aumento abusivo das mensalidades escolares do Colégio Julieta Mota Santos para o ano letivo de 2013. **107) Inquérito Civil nº 40/2014** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridas: Secretaria Municipal de Saúde e a Prefeitura Municipal de Coxim - Assunto: Apurar eventual abandono de veículos e ambulâncias oficiais do Poder Público Municipal, bem como a ausência de manutenção e utilização de tais veículos, obstando a regular e devida prestação de serviço público destinado à saúde, além de possíveis atos de improbidade administrativa daí decorrentes. **108) Inquérito Civil nº 7/2012** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Alcínópolis - Assunto: Apurar eventuais irregularidades no Contrato nº 034/2012, celebrado com a empresa Resende Castro e Castro Ltda.-ME, para coleta de lixo e limpeza urbana no município de Alcínópolis/MS. **109) Inquérito Civil nº 11/2016** - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Dayane de Castro Nascimento Picolli, Espaço de Recreação Infantil Futuro Brilhante, Espaço Sossego da Mamãe, Indy Bianchetto e Salete Wommer - Assunto: Apurar a regularidade do funcionamento de espaços que atendem crianças de 0 (zero) a 05 (cinco) anos, possivelmente sem adequação e autorização do Conselho Municipal de Educação de São Gabriel do Oeste. **110) Inquérito Civil nº 46/2013** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa mediante suposta fraude de licitação na contratação de empresa prestadora de serviço de som e fornecimento de infraestrutura, em Coxim-MS. **111) Inquérito Civil nº 28/2013** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridas: Câmara Municipal de Coxim-MS e a Rádio Vale do Taquari - Assunto: Apurar eventual irregularidade, consistente em valor acima que o de mercado, na celebração de contrato entre a Câmara Municipal Coxim e a Rádio Vale do Taquari para transmissão das sessões daquela Casa de Leis, identificando eventuais atos de improbidade administrativa. **112) Inquérito Civil nº 15/2014** - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Associação Beneficente de Campo Grande - Santa Casa - Assunto: Apurar se a Associação Beneficente de Campo Grande (Hospital Santa Casa) implantou as medidas de segurança determinadas na Notificação - Exigência de Vistoria nº 405/SST/6ºGB/2013, emitida pelo Corpo de Bombeiros Militar nos moldes da Lei Estadual nº 4.335/2013, referentes ao sistema preventivo de combate a incêndio, pânico e outros riscos; bem como se o Hospital obteve o Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros. **113) Inquérito Civil nº 32/2016** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito - Requerente: Ouvidoria do Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bonito/MS - Assunto: Apurar eventual ofensa ao patrimônio público e social em razão de supostas irregularidades na execução do contrato com a empresa Trivale Administração Ltda. **114) Inquérito Civil nº 16/2015** - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Promotoria de Justiça da Saúde Pública. - Requerida: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande - SESAU - Assunto: Apurar se há falta de profissionais, equipamentos, aparelhos e insumos na UBSF Corumbá. **115) Inquérito Civil nº 77/2014** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente:

Ministério Público Estadual - Requerida: Ziei Ferreira da Costa Sejas - Assunto: Apurar eventual irregularidade no fato de a servidora da Prefeitura Municipal de Campo Grande Ziei Ferreira da Costa Sejas, apesar de estar afastada para tratamento de saúde, continuar exercendo suas atividades como professora na Escola Estadual Professora Maria Lourdes Vidal Roma, além da Universidade Anhanguera Uniderp. **116) Inquérito Civil nº 9/2017** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventuais irregularidades no funcionamento dos serviços funerários em Coxim/MS. **117) Inquérito Civil nº 9/2014** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Brasilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a falta de esgotamento sanitário e de água potável na totalidade do município de Brasilândia. **118) Inquérito Civil nº 25/2011** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaporã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Agropecuária Jangada - Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental e sanitária da empresa Agropecuária Jangada. **119) Inquérito Civil nº 6/2017** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a notícia da ocorrência de irregularidades na aplicação dos recursos da programação 0106 - Execução Financeira da Atenção Básica transferidos do Fundo Nacional de Saúde à conta específica do bloco de financiamento no período de 01/01/15 a 30/06/16. **120) Inquérito Civil nº 31/2012** - Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Bandeirantes (Escola Patotinha) - Assunto: Apurar eventuais irregularidades no cumprimento das normas referentes à acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência pela Escola Municipal Patotinha. **121) Inquérito Civil nº 10/2015** - 1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Construtora e Incorporadora Gil Mendes Ltda. Epp, e o município de Ponta Porã - Assunto: Apurar a observância às normas urbanísticas e ambientais por parte do empreendimento Residencial Portinari, bem como acompanhar a atuação fiscalizatória do município de Ponta Porã/MS no processo de licenciamento ambiental respectivo. **122) Inquérito Civil nº 32/2015** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível irregularidade consistente na nomeação da servidora Renata Alves Allegretti para o cargo de Assessor-Executivo I, símbolo DCA-1, na Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais, uma vez que as nomeações para cargo em comissão, conforme Decreto nº 12.528, de 6 de janeiro de 2015, seriam feitas somente mediante substituição. **123) Inquérito Civil nº 28/2015** - 1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ponta Porã/MS - Assunto: Apurar a infringência às normas de postura municipal em razão das más condições sanitárias de terreno urbano localizado na Rua Soilo de Freitas, bairro São Domingos em Ponta Porã/MS, bem como acompanhar a ação fiscalizatória deste Município para resolução do problema. **124) Inquérito Civil nº 11/2015** - 1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Condomínio Reno Village Spe Ltda. - EPP e o município de Ponta Porã/MS - Assunto: Apurar a observância às normas urbanísticas e ambientais por parte do empreendimento imobiliário Condomínio Reno Village Spe Ltda. - EPP, bem como acompanhar a atuação fiscalizatória do município de Ponta Porã/MS no processo de licenciamento ambiental respectivo. **125) Inquérito Civil nº 62/2011** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Nascente (parte), de propriedade de Odil Pereira Campos Filho e sua mulher Veronice Link Pereira Campos - Assunto: Apurar a existência de danos ambientais na propriedade requerida, como degradação da área de preservação permanente, a falta de cobertura vegetal e a existência de processos erosivos que causam degradação do solo devido à falta de técnicas de conservação, e se a propriedade requerida contribui para o assoreamento do córrego Fortaleza. **126) Inquérito Civil nº 20/2014** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Marisa Dias Barbosa ME e o município de Naviraí - Assunto: Apurar violação aos princípios administrativos nos contratos firmados entre a Prefeitura Municipal de Naviraí e a empresa Marisa Dias Barbosa ME. **127) Inquérito Civil nº 55/2011** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a ocorrência de emprego irregular de verbas públicas oriundas do FUNDEF pelo ex-prefeito municipal Mário Alberto Kruger, bem como eventual desvio de recurso do FUNDEF. **128) Inquérito Civil nº 53/2011** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Rio Verde de Mato Grosso - Assunto: Apurar a regularidade e a necessidade da contratação pelo município de Rio Verde de Mato Grosso/MS das seguintes empresas de consultoria: EXCEL Consultoria e Assessoria S/C Ltda., STAF Sistemas Ltda., e AEG Assessoramento e Consultoria Empresarial Ltda. **129) Inquérito Civil nº 69/2014** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual irregularidade no Parque municipal Assaf Trad, uma vez que o mesmo teria sido inaugurado, porém estaria com os portões fechados com cadeados, impedindo o acesso ao mesmo pela população. **130) Inquérito Civil nº 16/2015** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido:

Francisco Carlos de Oliveira - Assunto: Apurar a notícia de prática de infração ambiental por Francisco Carlos de Oliveira, na propriedade rural denominada chácara Canta Galo, em Coxim/MS, consistente em utilizar área considerada de preservação permanente com infringência das normas de proteção. **131) Inquérito Civil nº 1/2017** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Rio Verde Mato Grosso - Assunto: Apurar suposta ilegalidade dos pregões nº 125/2016 e 126/2016 do Município de Rio Verde de Mato Grosso, em razão de eventual violação ao disposto no artigo 4º, I, II e IV, da Lei nº 10.520/2002. **132) Inquérito Civil nº 5/2016** - 7ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Hospital CASSEMS - Assunto: Apurar eventual prática médica ilícita, submetendo-se pacientes a procedimentos médicos desnecessários. **133) Inquérito Civil nº 24/2015 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde de Mato Grosso. **134) Inquérito Civil nº 3/2017** - Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul - Assunto: Fiscalizar e acompanhar as ações do Poder Executivo Estadual, a fim de garantir a incolumidade física dos usuários da rodovia MS 427, tendo em vista a precariedade das condições de segurança e infraestrutura da via. **135) Inquérito Civil nº 4/2014** - 7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fundação Stenio Congro - Assunto: Apurar eventuais irregularidades na Fundação Stênio Congro. **136) Inquérito Civil nº 14/2014** - 7ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Operadora Vivo - Assunto: Apurar a notícia da má qualidade dos serviços de telefonia e internet móvel prestado pela Operadora Vivo no município de Três lagoas/MS, em razão da falha e ausência de sinal queda da comunicação. **137) Inquérito Civil nº 1/2017** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Rudi Paetzold - Prefeito de Coronel Sapucaia - Assunto: Apurar notícias de improbidade administrativa na gestão municipal período 2009/2012, no que tange às despesas com pessoal e encargos e despesas com consignações. **138) Inquérito Civil nº 29/2015** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventuais irregularidades na Escola Municipal Danda Nunes, consistentes em arbitrariedades cometidas pela Diretora da referida Escola. **139) Inquérito Civil nº 12/2015** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível utilização de máquinas e equipamentos públicos em obra particular, consistente na construção de um aeroporto na fazenda Santarém, bem como seus reflexos na seara da improbidade administrativa. **140) Inquérito Civil nº 99/2013** - 10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Dourados - Assunto: Averiguar a ausência de material odontológico no Centro Odontológico Especial. **141) Inquérito Civil nº 4/2015** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar irregularidades existentes no Hospital Municipal João Carneiro de Souza, consistentes em ausências de medicação básica, alimentação, papel higiênico, copos descartáveis, ventiladores e outros insumos básicos. **142) Inquérito Civil nº 16/2014** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes - Requerente: Polícia Militar Ambiental - Requerida: Fazenda Morro Alto - Assunto: Apurar possível danos ambientais praticados pela requerida em virtude da extração de pedras, causando uma erosão de aproximadamente 300m (trezentos metros de comprimento), e ainda danos em Área de Preservação Permanente em razão de assoreamento em parte do córrego São João, tudo sem a autorização ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 15681 do IMASUL, no imóvel rural denominado fazenda Morro Alto, situado neste Município. **143) Inquérito Civil nº 5/2015** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possíveis irregularidades na Instituição de abrigo Lar da Criança Amor e Fraternidade. **144) Inquérito Civil nº 64/2016** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar as irregularidades apontadas no expediente protocolado por José Aparecido Pereira dos Santos. **145) Inquérito Civil nº 5/2015** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaporã - Requerente: Ouvidoria do Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual dano ao meio ambiente urbano e à saúde da população, causados pela empresa Parati Armazéns Gerais Ltda, neste município de Itaporã. **146) Inquérito Civil nº 21/2011** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Sete Quedas/MS - Assunto: Apurar eventual dano ao patrimônio público decorrente da alienação das instalações de um complexo de armazenamento e secagem de grãos, alocados no Imóvel Urbano sobre a quadra 123, pertencentes ao município de Sete Quedas-MS e o cumprimento do respectivo Contrato de Venda nº 09/2009. **147) Inquérito Civil nº 17/2012** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Medianeira Dourados Transporte Ltda., e o município de Dourados - Assunto: Apurar possíveis irregularidades na empresa Medianeira Dourados Transporte Ltda.,

bem como na continuidade do contrato de prestação de serviços desta empresa com o município de Dourados. **148) Inquérito Civil nº 2/2016** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possíveis irregulares e atos de improbidade e daí decorrentes, antes a permissão do Presidente da Câmara de vereadores de Paranhos-MS, em desacordo com as normas legais. **149) Inquérito Civil nº 17/2013** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual improbidade administrativa em decorrência da prática, em tese, do crime de tortura por policiais do Departamento de Operações de Fronteira - DOF, tendo como vítima a pessoa de Luiz Alexandre Pierre. **150) Inquérito Civil nº 1/2017** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Câmara Municipal de Vereadores de Guia Lopes da Laguna/MS - Assunto: Apurar omissão da Câmara Municipal de Vereadores de Guia Lopes da Laguna/MS, em repassar ao Poder Executivo Municipal, as parcelas referentes aos débitos de contribuições previdenciárias do INSS, relativas aos servidores da Câmara Municipal, e possíveis atos de improbidade administrativas daí decorrentes. **151) Inquérito Civil nº 1/2016** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Caarapó - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Caarapó/MS, representado por seu Prefeito Mário Valério - Assunto: Apurar eventual descumprimento da Lei Complementar Municipal nº 56/2014, no tocante ao recolhimento do Imposto Sobre Serviços-ISS e da taxa para a expedição do habita-se. **152) Inquérito Civil nº 15/2016** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sete Quedas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar dano ao meio ambiente decorrente da exploração sem autorização ambiental de 82 (oitenta e dois) árvores nativas da espécie Angico, Farinha Seca e Bocaiúva, na fazenda Floresta Negra, em Sete Quedas/MS. **153) Inquérito Civil nº 26/2015** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventuais irregularidades no âmbito da Escola Municipal João Evangelista Vieira de Almeida, as quais consistem na falta de guarda diurno, falta de monitor de alunos para o turno vespertino e as ocorridas no âmbito da biblioteca. **154) Inquérito Civil nº 26/2015** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerentes: Ministério Público Estadual e Luiz Roberto Roque - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível degradação ambiental diante de depósito irregular de resíduos sólidos na estrada da Serra do Pindaivão, especificamente após 200 (duzentos) metros da entrada da Rodovia BR 163. **155) Inquérito Civil nº 10/2015** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Caarapó - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Juti/MS, representado por sua Prefeita Municipal Isabel Cristina Rodrigues - Assunto: Apurar como é realizado o controle/registro de assiduidade e pontualidade dos servidores públicos municipais de Juti/MS e eventual omissão do Município em fiscalizar/exigir o efetivo registro da frequência destes. **156) Inquérito Civil nº 18/2013** - Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual situação de maus tratos, em crianças e adolescentes abrigados, por parte dos cuidadores do Lar da Criança e do Adolescente Aureliano Martins Alves. **157) Inquérito Civil nº 11/2016** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Manoel dos Santos Viais, Prefeito Municipal de Caracol - Assunto: Apurar prática de improbidade administrativa do Prefeito Municipal de Caracol, por não disponibilizar estrutura mínima de trabalho para o Conselho Tutelar. **158) Inquérito Civil nº 10/2015** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Sul - Assunto: Apurar a ausência de controle formal da carga horária dos servidores públicos no município de Novo Horizonte do Sul. **159) Inquérito Civil nº 4/2016** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Ivinhema - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Gean Carlos Euzébio da Silva - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado por Gean Carlos Euzébio da Silva, consistente no acúmulo ilegal de cargos públicos. **160) Inquérito Civil nº 53/2015** - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Santa Casa de Campo Grande - Assunto: Fiscalizar o cumprimento das recomendações feitas à ABCG pelo Relatório de Auditoria 86/2015. **161) Inquérito Civil nº 26/2012** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível degradação ambiental na cabeceira da ponte, à margem esquerda do córrego Fortaleza, entre os municípios de Coxim e Rio Verde de Mato Grosso/MS, identificando os proprietários das áreas de terras em que está o processo erosivo, para, se for o caso, adotar medidas extrajudiciais e/ou judiciais, a fim de reverter o dano ambiental. **162) Inquérito Civil nº 4/2012** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e da comarca de Caarapó - Requerente: Inez dos Santos Silva - Requeridos: Município de Juti e o Prefeito Municipal de Juti/MS - Assunto: Apurar e solucionar eventuais irregularidades quanto a realização do processo seletivo simplificado realizado em 2012, posteriormente ao concurso público de 2010, do município de Juti/MS. **163) Inquérito Civil nº 22/2011 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio. **164) Procedimento Preparatório nº 12/2017** - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e da

Juventude da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fundação Vida Bonito - Assunto: Apurar irregularidades na entidade de acolhimento de crianças e adolescentes Fundação Vida Bonito.

Campo Grande, 8 de janeiro de 2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça e
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 001/2018/CGMP/MS, DE 9 DE JANEIRO DE 2018.

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 18, X e XXXVII, ambos da Lei Complementar nº 72/94; e, em consonância com o disposto no art. 2ª-A da Resolução nº 71, de 15 de junho de 2011, do Conselho Nacional do Ministério Público, resolve:

Art. 1º Os membros do Ministério Público com atribuição na defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento estarão dispensados de realizarem as inspeções trimestrais e quadrimestrais nos serviços de acolhimento institucional e programas de acolhimento familiar, observadas as seguintes circunstâncias genéricas:

- . A inexistência de excesso de ocupação;
- . A inexistência de criança e adolescente em serviço de acolhimento institucional ou programa de acolhimento familiar sem autorização judicial;
- . A inclusão de crianças e adolescentes acolhidos no ensino regular ou em programa de ensino com proposta curricular adequada;
- . A inocorrência de descumprimento do disposto no art. 19, § 1º, do ECA, constatada na última inspeção.

Art. 2º A referida dispensa deverá ser objeto de requerimento endereçado a este órgão correicional, que deve ser individualizado para cada serviço ou programa sujeito à inspeção, especificando, se existente, a adoção de eventuais medidas que tenham relação com as circunstâncias da localidade e que possam reforçar o pedido de dispensa.

Art. 3º Uma vez concedida a dispensa das inspeções trimestrais e quadrimestrais, ela não isentará o membro da realização da inspeção anual, no mês de março, de uma inspeção semestral, no mês de setembro, cujos formulários deverão ser enviados à validação e remetidos ao CNMP nos prazos previstos na aludida Resolução desse Conselho.

Art. 4º Esta instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Ministério Público.

Campo Grande (MS), 09 de janeiro de 2018.

AROLDO JOSÉ DE LIMA
Corregedor-Geral do Ministério Público em exercício

COMISSÃO ELEITORAL

AVISO Nº 001/2018/CE-PGJ

A COMISSÃO ELEITORAL DESIGNADA PELO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA PARA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL DE FORMAÇÃO DA LISTA TRÍPLICE PARA ESCOLHA DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA NO ANO DE 2018, no uso das atribuições previstas nos artigos 1º e 25 da Resolução nº 11/CPJ/2017, de 23 de novembro de 2017, do Colégio de Procuradores de Justiça, AVISA aos membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul que, no dia 23 de março de 2018 (sexta-feira), no período das 9 às

17 horas, no Edifício-Sede da Procuradoria-Geral de Justiça, situada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, Campo Grande-MS, será realizada a votação para a composição da lista triplíce para a escolha do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, biênio 2018/2020, com observância do seguinte calendário eleitoral:

CALENDÁRIO ELEITORAL

DATA	PROVIDÊNCIAS	FUNDAMENTO LEGAL
19/01/2018	Data limite para requerimento de desincompatibilização de candidato, dirigido ao Procurador-Geral de Justiça.	Art.6º, § 3º, III, da Lei Orgânica do MP/MS nº 72/94, art. 3º e parágrafo único da Res. nº 11/CPJ/2017.
07, 08 e 09/2/2018, das 8 às 11h e das 13 às 18h.	Período de inscrição eleitoral.	Art. 5º, § 1º da Res. nº 11/CPJ/2017.
15/02/2018	Data da publicação da relação dos candidatos habilitados e das inscrições indeferidas.	Art. 6º da Res. nº 11/CPJ/2017.
15 e 16/02/2018	Prazo para os membros de o Ministério Público oferecerem representação acerca das causas de inelegibilidade.	§ 1º do Art. 6º, da Res. nº 11/CPJ/2017.
23.3.2018, das 9 às 17h	Eleição, apuração e proclamação do resultado.	Art. 6º, § 6º, III, da Lei Orgânica do MP/MS nº 72/94 e artigos 9º, 18 e 21 da Res. nº 11/CPJ/2017.

Campo Grande, 09 de janeiro de 2018.

SÉRGIO LUIZ MORELLI
Procurador de Justiça e
Presidente da Comissão Eleitoral

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL Nº 008/2018/PJ DE DOURADOS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da(s) Promotoria(s) de Justiça da comarca de Dourados, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009, CONVOCA os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Ensino Médio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca de Dourados, objeto do Edital nº 004/2017/PJ de Dourados, de 25 de setembro de 2017, publicado no DOMP-MS nº 1596, de 28 de setembro de 2017 para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação oficial deste, na sede da Promotoria de Justiça de Dourados.

NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
Guilherme da Costa Sousa	4º
**Ana Raquel da Costa Vargas	1º
Luiz Gustavo da Silva Fortaleza	5º
Thiago Francisco Moura	6º
Isabela de Barros Kuhn	7º
Nádia Silva Zimmer	8º
Gustavo Galileu Martins	9º
Isadora de Barros Kuhn	10º
Juliano Freitas da Silva	11º
Gaby Alexsandra de Souza	12º
Samara Souza de Oliveira	13º
Valéria da Silva Valente	14º
João Daniel Morisco Medeiros	15º

*candidato da cota de negros
 **candidato da cota de pessoa com deficiência
 ***candidato da cota de indígena

Dourados, 08 de janeiro de 2018.

IZONILDO GONÇALVES DE ASSUNÇÃO JÚNIOR
 Supervisor das Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas de Dourados

ANEXO ÚNICO
 RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

1	Fotocópia legível da Cédula de Identidade e do CPF;
2	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, que informe o ano letivo, turno e semestre de estudo, bem como a data prevista de conclusão do curso;
3	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4	Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
5	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I, da Resolução nº 015/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
6	Declaração pessoal do não exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7	Declaração pessoal indicando a agência do Banco do Brasil e número de conta-corrente, para recebimento da bolsa e auxílio-transporte;
8	Atestado de exame ABO-RH;
9	2 (duas) fotografias coloridas, 3 x 4 (três por quatro), recentes;
10	Ficha de Cadastro, preenchida em todos os campos, de forma manuscrita ou digitada, e assinada pelo candidato.

EDITAL Nº 005/2018/PJ SETE QUEDAS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça da Comarca de Sete Quedas, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009, CONVOCA os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Ensino Médio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca de Sete Quedas, objeto do Edital nº 001/2017/PJ Sete Quedas, de 25 de outubro de 2017, publicado no DOMP-MS nº 1615, de 30 de outubro de 2017, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação oficial deste, na sede da Promotoria de Justiça de Sete Quedas.

NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
GABRIEL ELIAS TREVISAN DOS SANTOS	1
JENNYFFER LORRAINE DA SILVA OLIVEIRA	2
ÂNGELA CRISTINA DA SILVA MEDINA	3

Sete Quedas – MS, 08 de janeiro de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JUNIOR
 Promotor de Justiça de Sete Quedas

ANEXO ÚNICO
 RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

1	Fotocópia legível da Cédula de Identidade e do CPF;
2	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, que informe o ano letivo, turno e semestre de estudo, bem como a data prevista de conclusão do curso;
3	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4	Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
5	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I, da Resolução nº 015/2010-PGJ e no art. 19 da

	Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
6	Declaração pessoal do não exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7	Declaração pessoal indicando a agência do Banco do Brasil e número de conta-corrente, para recebimento da bolsa e auxílio-transporte;
8	Atestado de exame ABO-RH;
9	2 (duas) fotografias coloridas, 3 x 4 (três por quatro), recentes;
10	Ficha de Cadastro, preenchida em todos os campos, de forma manuscrita ou digitada, e assinada pelo candidato.

EDITAL Nº 04/2018/PJ DE ANAURILÂNDIA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da(s) Promotoria(s) de Justiça da comarca de Anaurilândia, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009, CONVOCA o candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Ensino Médio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca de Anaurilândia, objeto do Edital nº 01/2017/PJ de Anaurilândia, de 01 de junho de 2017, publicado no DOMP-MS nº 1524 de 12 de junho de 2017, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação oficial deste, na sede da Promotoria de Justiça de Anaurilândia.

NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
Matheus Eduardo Olímpio Sabino	01

Anaurilândia – MS, 08 de janeiro de 2018.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI
Promotor de Justiça de Anaurilândia

ANEXO ÚNICO
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

1	Fotocópia legível da Cédula de Identidade e do CPF;
2	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, que informe o ano letivo, turno e semestre de estudo, bem como a data prevista de conclusão do curso;
3	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4	Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
5	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I, da Resolução nº 015/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
6	Declaração pessoal do não exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7	Declaração pessoal indicando a agência do Banco do Brasil e número de conta-corrente, para recebimento da bolsa e auxílio-transporte;
8	Atestado de exame ABO-RH;
9	2 (duas) fotografias coloridas, 3 x 4 (três por quatro), recentes;
10	Ficha de Cadastro, preenchida em todos os campos, de forma manuscrita ou digitada, e assinada pelo candidato.

EDITAL Nº 04/2018/PJ PROMOTORIA DE ITAQUIRAÍ

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça da comarca de Promotoria de Itaquiraí, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009, TORNA PÚBLICO O GABARITO DEFINITIVO (Anexo I) E O RESULTADO FINAL (Anexo II) do Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Ensino Médio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca de Itaquiraí, objeto do Edital nº 001/2017/PJ Itaquiraí, de 06 de novembro de 2017, publicado no DOMP-MS nº 1623, de 13 de novembro de 2017.

Itaquiraí – MS, 09 de janeiro de 2018

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA
Promotor de Justiça Substituto

ANEXO I – GABARITO DEFINITIVO

1	A	2	B	3	B	4	C	5	E
6	A	7	E	8	D	9	A	10	B
11	A	12	A	13	A	14	D	15	B
16	C	17	B	18	C	19	D	20	E
21	C	22	A	23	E	24	C	25	B
26	A	27	E	28	A	29	D	30	C
31	D	32	B	33	E	34	C	35	A
36	D	37	C	38	C	39	E	40	D

ANEXO II – RESULTADO FINAL

NOME DO(A) CANDIDATO(A)	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Luana Diel Zortéa	55	1º
Caroline Gesser da Silva	52	2º
Stella Hanami Yano Nascimento	51	3º

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

Processo PGJ/10/4454/2017.

Amparo legal: Artigo 25, I, da Lei nº 8.666/93.

Ordenador de Despesa: Alexandre Magno Benites Lacerda, Promotor de Justiça e Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: TECHBIZ FORENSE DIGITAL S.A.

Valor: R\$ 364.636,66, nos termos das NEs nº 2017NE006621, 2017NE006622 E 2017NE006623 de 26.12.2017.

Objeto: Equipamentos portáteis TX1 Forense Imager (hardware e software) e estações de investigação forense FRED DX DUAL RAID.

Justificativa: A empresa Techbiz Forense Digital Ltda. é a única autorizada no Brasil para fornecer os equipamentos e estações de investigação forense pretendidos, assim como o correspondente suporte técnico remoto.

Ratifica: Nilza Gomes da Silva, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa.

Campo Grande-MS, 26 de dezembro de 2017.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo PGJ/10/2338/2017.

Amparo legal: Inc. X, art. 24, da Lei nº 8.666/93.

Ordenadora de Despesa: Nilza Gomes da Silva, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

Valor mensal: R\$ 1.700,00.

Objeto: Locação de imóvel situado na Rua Stefan Dudas, nº 565, Bairro Imperial, Angélica-MS, para abrigar a Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica-MS.

Justificativa: Após ampla pesquisa na cidade de Angélica-MS, bem como perante a Procuradoria-Geral do Estado, restou como a melhor alternativa para a instalação da Promotoria de Justiça da comarca de Angélica-MS, considerando que o valor da locação está dentro do preço médio praticado no mercado, o imóvel localizado na Rua Stefan Dudas, nº 565, Bairro Imperial, Angélica-MS.

Ratifica: Paulo Cezar dos Passos, Procurador-Geral de Justiça.

Campo Grande-MS, 08.01.2018.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2017NE006647 DE 27.12.2017 DO PROCESSO PGJ/10/4474/2017.

Credor: COMERCIAL S.B.S. EIRELI – EPP.

Ordenadora de despesa: Nilza Gomes da Silva, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 23/PGJ/2017 – Ata Registro de Preços nº 05/PGJ/2017.

Objeto: Aquisição de câmera panorâmica (180 graus) para vídeo conferência, com base, conforme as seguintes características técnicas: inclinação e zoom motorizados; viva voz integrado omnidirecional. Áudio: microfone de captação omnidirecional; captação de raio de 8 pés ou superior; frequência do microfone: 200Hz - 8KHz ou superior; Nível de saída: 80dB, 1 ft (0.30 metros) ou superior. Vídeo: Full HD 1080p ou superior; 30fps ou superior; Campo de Visão de 78 graus ou superior. Adaptador AC e USB 2.0. Controle remoto. A câmera deverá ser compatível com Windows 7 e 8 e com Mac OSX10.6 ou superior. Manual de instruções em português. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Marca: LOGITECH (item 15).

Valor: R\$36.838,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2017NE006647, de 27.12.2017.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2017NE006581 DE 21.12.2017 DO PROCESSO PGJ/10/4191/2017.

Credor: APURA COMÉRCIO DE SOFTWARES E ASSESSORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI – EPP.

Ordenadora de despesa: Bianka Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Objeto: Aquisição de software para extração e análise forense de mídias de armazenamento computacionais e dispositivos computacionais portáteis (Forensic Toolkit 6.x (FTK)) com suporte de atualização por 36 meses. Marca: Accessdata. (Item 1).

Valor: R\$99.200,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2017NE006581, de 21.12.2017. Adesão à Ata Registro de Preços - Pregão Eletrônico SRP nº 07/2016 - CIE (Processo Administrativo nº 0000747.00005320/2015-55) – Ministério da Defesa – Exército Brasileiro – Centro de Inteligência do Exército.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0001/2018/30PJ/CGR**

A 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que se encontra à disposição na Rua da Paz, n. 134, Centro, nesta Capital.

Inquérito Civil nº 06.2017.00001249-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Serviços Públicos

Assunto: Apurar eventual irregularidade consistente no exercício de função privativa de Agente Fiscal de Obras por servidores comissionados lotados na Secretaria Municipal de Serviços Públicos, em violação ao disposto no art. 37, incisos II e V, da CF/88.

Campo Grande/MS, 09 de janeiro de 2018.

MARCOS ALEX VERA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça

DOURADOS

EDITAL Nº 0031/2017/11PJ/DOS

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio.

Inquérito Civil nº 06.2017.00000205-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Investigada: Transportadora Anghuevisch LTDA. EPP

Assunto: Apurar a regularidade ambiental e urbanística da atividade de lava rápido operada pela Transportadora Anghievisch Ltda- EPP, localizada na Rua Olinda Pires de Almeida, n. 4353, neste município.

Dourados/MS, 30 de novembro de 2017.

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0032/2017/11PJ/DOS

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio.

Inquérito Civil nº 06.2017.00000204-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Investigada: Sítia Comércio de Cereais Ltda

Assunto: Apurar a regularidade administrativa da empresa denominada Secador de Arroz Sítia, localizado no distrito da Vila São Pedro (BR-163, Km 273), neste município, bem como continuar a fiscalização das condicionantes específicas da licença ambiental.

Dourados/MS, 30 de novembro de 2017.

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

COXIM

RECOMENDAÇÃO Nº 003/2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por meio da 1ª Promotora de Justiça da Comarca de Coxim, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, incisos VI e IX, da Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 28, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.º 072/94 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul);

CONSIDERANDO que a Resolução n.º 015/2007 dispõe em seu artigo 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO a relevância e a magnitude das atribuições conferidas ao Ministério Público no tocante à defesa do patrimônio público, por força do art. 129, III da Constituição da República e das disposições da Lei n.º 7.347/85;

CONSIDERANDO que são princípios norteadores da Administração Pública e de seus respectivos gestores a *legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência*, a teor do que glosado no artigo 37, *caput*;

CONSIDERANDO a audiência pública realizada nesta Cidade, no dia 24.10.2017, na qual foram debatidos temas referentes ao endividamento do município de Coxim para com o Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Coxim (IMPC);

CONSIDERANDO que o então Diretor-Presidente do IMPC, ANTONIO PORTELA LIMA, utilizou da palavra para dirigir cobranças à administração municipal, que tem se omitido no pagamento de contribuições patronais, cultivando dívida que já supera R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) para com o IMPC;

CONSIDERANDO que, pouco tempo após a audiência pública, o Diretor-Presidente do IMPC foi surpreendido com decreto de exoneração do cargo (Decreto nº 469/2017 Coxim, de 23.11.2017, publicado no dia 24.11.2014, no Diário do Estado MS), sem qualquer motivação;

CONSIDERANDO que o art. 1º da Lei Complementar municipal nº 087/2008 estabelece que: “*O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE COXIM/MS, designado pela sigla IMPC, criado pela lei nº 685/92 e posteriores alterações, é uma entidade autárquica com personalidade jurídica de direito público interno, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira com sede e foro na Comarca de Coxim – MS, passa a reger-se nos limites desta lei*”;

CONSIDERANDO que o IMPC é gerido: (a) *deliberativamente*, por um Conselho Curador; (b) *executivamente*, por uma diretoria e (c) *em nível de controle interno*, por um Conselho Fiscal (art. 29, Lei Complementar municipal nº 087/2008);

CONSIDERANDO que a Diretoria do IMPC é composta por um colegiado formado por 03 (três) diretores: (a) O Diretor Executivo, nomeado pelo prefeito dentre figurantes de lista tríplice formulada pelo Conselho Curador; (b) O Diretor Secretário e de Benefícios e (c) o Diretor Financeiro, estes dois últimos eleitos pelos servidores efetivos do município de Coxim (art. 33, Lei Complementar municipal nº 087/2008);

CONSIDERANDO que, após a nomeação pelo prefeito, os Diretores do IMPC passam a deter mandato de 03 (três) anos, consoante art. 37 da Lei Complementar municipal nº 087/2008, cujo teor é o seguinte: “*O prazo de mandato dos conselheiros e diretores será de 03 (três) anos, permitida recondução para os mesmos cargos ou não, desde que atendidas as disposições dos artigos 30, 33 e 34, desta lei*”;

CONSIDERANDO que o legislador municipal não emprega palavras inúteis e, diante das relevantíssimas atribuições do Diretor Executivo do IMPC, optou-se legislativamente pela diminuição do poder discricionário do administrador municipal, colocando o IMPC mais distante da cotidiana interferência da administração política do município;

CONSIDERANDO que é evidente que a exoneração, na sorrelfa, do Diretor Executivo do IMPC ocorreu por desvio de função, tendo em vista que não houve qualquer notificação prévia ou informação ao Conselho Curador, o que denota temeridade na gestão administrativa do município, sendo certo que a transmissão de cargo tão relevante deveria ser realizada por meio de gabinete de transição;

CONSIDERANDO a informação de que da lista tríplice encaminhada pelo Conselho Curador constava três nomes: ANTONIO PORTELA, MÁRCIA GONZALES e PAULO MONTEIRO e que, ao aportar o documento no executivo, para deliberação, houve o pedido de desistência por parte de ANTONIO PORTELA, eis que submetido à pressão por parte da prefeitura municipal de Coxim para reassumir suas funções;

CONSIDERANDO que, em vez de devolver a lista ao Conselho Curador para deliberar pela sua recomposição, a prefeitura decidiu, ela mesma, fazer integrar à lista o nome de RAIMUNDO NONATO, o qual foi, posteriormente, nomeado para o cargo de Diretor Executivo do IMPC;

CONSIDERANDO que a exoneração do Diretor Executivo do IMPC, que possui mandato de três anos, não pode ser realizada sem que haja motivação para o ato e, ante a inexistência de parâmetros previsto na Lei Complementar

municipal nº 087/2008, pode ser admitida aplicação analógica dos critérios fixados pela legislação federal para exoneração de diretores e conselheiros de agências reguladoras, estabelecido no art. 9º da Lei nº 9986/2000, que possui o seguinte teor: “ Os Conselheiros e os Diretores somente perderão o mandato em caso de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar.”

CONSIDERANDO que o Diretor-Executivo do IMPC foi nomeado para um terceiro mandato que teve início em 2017 (Decreto nº 018/2017), publicado em 03.01.2017, sendo certo que o curso do mandato somente se encerraria em 31.12.2019;

CONSIDERANDO, portanto, que houve flagrante ilegalidade na exoneração imotivada do Diretor Executivo do IMPC promovida pelo Decreto nº 469/2017, de 23 de novembro de 2017 e também a ilegalidade na alteração dos nomes dos componentes da lista tríplice encaminhada pelo Conselho Curador do IMPC ao município, sendo certo que foi incluído o nome de RAIMUNDO NONATO;

CONSIDERANDO que a recomendação é o instituto formal que, acaso descumprida injustificadamente, comprova o dolo do administrador na violação do ordenamento jurídico e de seus princípios, no caso, da legalidade;

RESOLVE expedir a presente RECOMENDAÇÃO ao Exmo. Prefeito Municipal de Coxim, nos seguintes termos:

1 – Efetue, no prazo de 10 dias, as anulações dos atos de (1) exoneração do Diretor-Executivo ANTONIO PORTELA LIMA, realizado pelo Decreto nº 469/2017, de 23 de novembro de 2017 (2) e de nomeação de RAIMUNDO NONATO, efetuada pelo Decreto nº 503/2017, de 18 de dezembro de 2017, posto que são imotivados, ilegais e violam o disposto nos arts. 33, inciso I c.c. art. 37 ambos da Lei Complementar municipal nº 087/2008;

2 - O Exmo. Prefeito de Coxim deverá informar a esta 1ª Promotoria de Justiça, no prazo de até 05 (cinco) dias, se vai cumprir integralmente a presente recomendação

3 – O descumprimento da presente recomendação poderá ser interpretado como conduta dolosa que lesiona a legislação municipal o poderá denotar prática de ato de improbidade administrativa

4 – O destinatário (prefeito municipal) deverá publicar a presente Recomendação em veículo adequado, conforme previsto no art. 45, parágrafo único, da Resolução nº 015/2017-PGJ;

Encaminhe-se cópia da Recomendação ao Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Fundações, nos termos do art. 52 da Resolução nº 015/2007-PGJ, à Câmara Municipal de Coxim, à Procuradoria-Geral do Município de Coxim, ao IMPC e ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Coxim;

Publique-se a presente Recomendação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

Decorrido o prazo de cinco dias, sem resposta acerca da aceitação da presente Recomendação, o serviço de apoio deverá certificar nos autos deste Inquérito Civil e fazer a conclusão.

Coxim/MS, 19 de dezembro de 2017.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO
Promotor de Justiça

PONTA PORÃ

EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 0186/2017/01PJ/PPR

EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA celebrado em 13/11/2017, entre o Ministério Público Estadual, por meio de sua 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS e Mauri Moreira, visando garantir a observância da legislação urbanística com relação à obrigação de se manter os terrenos urbanos de propriedade do compromissário localizados na Rua Soilo de Freitas e Olinto Cardinal, bairro São Domingos, em Ponta Porã, em condições sanitárias, bem como observar a legislação sanitária e ambiental com relação à utilização daquele espaço para o desenvolvimento de qualquer atividade econômica, no bojo do Inquérito Civil n. 28/2015, disponível para

consulta do conteúdo integral na 1ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã/MS, localizada na Rua Baltazar Saldanha nº 1613, Bairro Jardim Ipanema, CEP: 79904-150, Telefone: (67) 3431 1375.

EDITAL Nº 0187/2017/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2017.00001427-1, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2017.00001427-1

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Roberto Gean Duarte de Oliveira

Assunto: Apurar regularidade jurídico ambiental da Propriedade Estância Santo Antônio de Roberto Gean Duarte de Oliveira, município de Antonio João/MS.

Ponta Porã/MS, 30 de novembro de 2017.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça